

**MANDA MAIS QUEM FALA MAIS ALTO? OS CAPITAIS MOVIMENTADOS NAS  
DECISÕES ESTATAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA**

**BEATRIZ LIMA ZANONI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

**FABIOLA CALDEIRA DE MEDEIROS ROCHA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

# MANDA MAIS QUEM FALA MAIS ALTO? OS CAPITAIS MOVIMENTADOS NAS DECISÕES ESTATAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA

## 1 INTRODUÇÃO

A COVID-19, fenômeno considerado um “desastre global” que exige uma gestão de risco corretiva e prospectiva, bem como uma governança estruturada para o seu enfrentamento (CEPEDES, 2020), oferece um cenário para o Brasil que revela e combina crises econômicas, políticas e sanitárias. Desde que o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública foi ativado para o novo coronavírus no país, em 22 de janeiro de 2020, um conjunto de decisões objetivadas na forma de decretos, normas e portarias, foram tomadas pelos representantes de unidades federativas (UFs). Contudo, tais medidas não mostraram completo alinhamento entre os agentes do campo político brasileiro, o que promoveu uma atuação desordenada, parcial e incompleta que acabou por prolongar a crise sanitária e suas consequências no Brasil (CEPEDES, 2020).

Diante desse cenário, optou-se por utilizar a sociologia bourdieusiana enquanto lente teórica, visto que esta reflete o alinhamento entre os interesses das autoras e a compreensão que o sociólogo tem do campo político. Bourdieu (2015) defende a existência de um corpo político, caracterizado pela institucionalização do poder, pela hierarquia do Estado e dos cargos democraticamente eleitos, no entanto, que estes aspectos não garantem aos agentes deste campo, o poder que é institucionalmente a eles concedido. Neste sentido, eles dependem da mobilização de capitais para elaborar um discurso que os legitime diante daqueles que os elegeram. O que atribui a eles a possibilidade do exercício do poder, neste caso, é capacidade estratégica de mobilização, elaboração e veiculação de um discurso no campo.

A partir dessa compreensão, as decisões, nesta pesquisa, são entendidas enquanto práticas socialmente construídas, que envolvem movimentação de capitais (BOURDIEU, 2012). O espaço em que a instabilidade do contexto da pandemia se instala, e consequentemente o espaço em que as decisões são tomadas, é compreendido como campo. Espaço micro, social e hierarquizado que abriga as disputas por poder e se estende até onde os efeitos da *doxa*, enquanto discurso disseminado pelo grupo dominante, alcançam (BOURDIEU, 2009). *Doxa*, neste caso, é explicada como o discurso presidencial de negação das orientações advindas do campo científico enquanto base para as decisões em contexto de pandemia.

O cenário no país e no mundo expõe os agentes do campo político a uma situação inédita. Eles são colocados à prova diante da necessidade de fortalecer as capacidades de resposta aos setores como o da saúde, economia, segurança, educação, dentre outros que exigem deles a capacidade de decidir (GRINT, 2020). Ainda que existam aspectos objetivos que compõem as determinações legais referentes à COVID-19, sejam elas advindas do Governo Federal ou até mesmo das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), pautadas em orientações científicas, entende-se que eles não definem necessariamente o padrão das decisões dos líderes de governo. Neste sentido, as decisões podem ser guiadas tanto por aspectos objetivos quanto subjetivos, envolvendo interesses políticos fundamentações em disputas por poder (BOURDIEU, 2012; GRINT, 2020).

Com o objetivo de compreender os capitais movimentados nas decisões estratégicas tomadas pelos governos estaduais e Federal no Brasil, em contexto de pandemia, a partir das lentes advindas da sociologia de Pierre Bourdieu, a pesquisa se constrói a partir de uma abordagem qualitativa, e descritiva. Os dados são acessados por meio de nove documentos, e trabalhados a partir da análise de narrativas

O artigo organiza-se da seguinte forma: na seção subsequente à introdução, destaca-se uma interpretação da decisão enquanto um fenômeno socialmente construído à luz da

sociologia bourdieusiana; em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos; na sequência, apresentam-se dos dados coletados e a respectiva análise; por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2 DECISÃO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICAS**

### **2.1 Decisões e a tradição interpretativista**

A ação de decidir é algo presente nas atividades cotidianas do indivíduo, seja em nível social ou individual, dentro, ou fora de organizações (COSTA; BUEDE, 2000; HICKSON, 1987). Bourdieu destaca que o lugar da decisão está no todo, e essa afirmação permite a compreensão de que ela acontece no campo, espaço caracterizado como micro, por representar um recorte do espaço social; como social pelo fato de abrigar agentes; e hierarquizado, pelo fato de esses agentes ocuparem diferentes regiões, que emergem das lutas por poder (BOURDIEU, 2004, 2012).

Essa interpretação admite a compreensão da existência heurísticas de julgamento, ou seja, os decisores carregam consigo preferências em relação às soluções e à importância de determinados problemas que orientam seus padrões de participação no processo. Do mesmo modo, significa que as alternativas podem não estar à postos do tomador de decisão, como num fluxo linear de problema e a análise das possíveis soluções (COHEN, MARCH, OLSEN, 1972). Ontologicamente entende-se as decisões como uma série de atos pré-definidos e interligados, resultado de uma construção social da realidade, assim como um processo que se acomoda na mente dos indivíduos, destituindo a ideia de escolha racional correta (SCOTT; POOLE; VAN DE VEN, 2010; VILLAR, 2019). Quando socialmente construídas, as decisões constituem-se de elementos não fixos, uma vez que estes são reificações de uma realidade em constante (re)constituição (VILLAR, 2019).

Orientando-se a partir da tradição interpretativista sobre tomada de decisão, estas são caracterizadas como parte de um processo de racionalização retrospectiva, legitimação ou construção de sentido (LAROUCHE, 1995; HENDRY, 2000). Compreende-se então que, assim como a prática, a construção da decisão se dá a partir da história que se sedimentou ao longo do tempo, que é objetiva, e fundamentada nas disposições incorporadas pelos agentes e os aspectos reflexivos de sua trajetória, isto é, a partir do *habitus* que carregam consigo (BOURDIEU, 2004, 2012)

Neste sentido, uma vez que as decisões estratégicas tendem a estimular comportamentos políticos (EISENHARDT; ZBARACKI, 1992) mediante a complexidade, significância e incertezas que envolvem, é necessário rememorar que estas são divisíveis por natureza (CHILD; ELBANNA; RODRIGUES, 2010). Isso significa que os acordos sobre a alocação de responsabilidades para executar decisões estratégicas possuem efetivamente menos consenso e consomem tempo, o que pode levar a um entendimento incompleto das restrições ambientais. Essa situação resulta na deterioração da qualidade das decisões, uma vez que as táticas políticas são direcionadas para servir os interesses, bases de poder e posições dentro da organização, e não sobre o que é viável, dadas as forças ambientais predominantes (CHILD; ELBANNA; RODRIGUES, 2010).

### **2.2 Decisões enquanto práticas sociais**

. Fundamentando-se nessa perspectiva da teoria de decisão, esta pesquisa entende as decisões enquanto práticas sociais, enxergando-as por meio da lente bourdieusiana. Ainda que Bourdieu não tenha se dedicado especificamente aos estudos organizacionais, acredita-se na possibilidade de, por meio de sua teoria, compreender os mais variados campos, como o próprio

sociólogo o fez. Neste sentido, entende-se que as decisões envolvem os agentes e suas relações, portanto, abrigam influências de suas respectivas subjetividades, histórias, trajetórias e, conseqüentemente, *habitus*. Bourdieu destaca que por estar nas estruturas objetivas e nas subjetivas, a decisão constrói-se de maneira dinâmica. Tanto a subjetividade do agente, quanto a objetividade da estrutura, e principalmente, as relações que se estabelecem entre elas, tornam-se relevantes para esta construção social da decisão (BOURDIEU, 2004, 2012).

Fundamentando-se na sociologia bourdieusiana, os capitais, juntamente com a linguagem, arte, ciência, e a história, são considerados objetos de interesse que fomentam a disputa por poder e as disputas dentro do campo. Estes podem ser compreendidos como estímulos para as (di)visões – diferentes visões – fomentadas nos contextos decisórios. No decorrer de sua trajetória, Bourdieu percebeu que quatro capitais eram comuns em todos os campos investigados, sendo eles: o capital econômico, relacionado à aquisição de bens, terras, heranças, e títulos; o capital social, enquanto formas de o agente se diferenciar e obter lucros, simbólicos e/ou materiais, a partir de sua vinculação à determinado grupo; o capital cultural, em sua forma incorporada, que o acompanha desde o nascimento, objetivada adquirido concomitantemente a aquisição de bens artísticos e culturais, e institucionalizada, conquistado por meio de títulos e diplomas; e o capital próprio de cada campo, que dá nome à este recorte do espaço social, nomeado pelo sociólogo como capital do campo (BOURDIEU, 2011, 2012).

A relação que se estabelece entre os quatro tipos comuns de capitais, permite a identificação do capital simbólico, isto é, do capital que atribui poder ao dominante do campo. Bourdieu esclarece capital simbólico como um “capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas” (BOURDIEU, 2004, p. 170). Apesar dos ideais de reconhecimento, entende-se que a definição de simbólico, associa-se ao efeito invisível, quase mágico, caracterizado como mais eficiente do que aquilo que pode ser visto e sentido (BOURDIEU, 2012).

Ainda que nesta pesquisa o campo não tenha suas fronteiras determinadas de maneira objetiva, compreende-se que muito de suas características assumem relação com o campo que Bourdieu definiu como político. Neste recorte do espaço social os detentores do capital simbólico são nomeados - ou no caso de regimes democráticos, eleitos - como representantes, isto é, como agentes “detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva” (BOURDIEU, 2004, p. 184). A capacidade de representar, determinar normas universais, oficializar e legitimar o que é dito em ato público, caracteriza os representantes enquanto detentores da *doxa* (BOURDIEU, 2008, 2009, 2012).

A partir da forma de organização do campo político, conforme apresentado na sociologia bourdieusiana, entende-se que a existência de um grupo ortodoxo, neste caso os representantes, implica conseqüentemente a existência de um grupo heterodoxo, definidos por Bourdieu (2012), no campo político, como os representados. Estes agentes são apresentados como aqueles que, na maioria das vezes, diante da ausência de capitais relevantes do campo, se sujeitam ao consumo do que lhes é apresentado, fazendo do campo um espaço autonomizado, isto é, que segue uma ordem “normal” ou permanece “como sempre foi”. Quando estes lutam por poder no campo, e buscam desestabilizar essa ordem, entende-se que há a possibilidade de um campo em condição de heteronomização.

Fundamentando-se nas perspectivas bourdieusianas, mediante a necessidade de tomar decisões em conjunto, entende-se que conflitos, lutas e divisões podem emergir. O próximo tópico apresenta-se com o intuito de discorrer sobre o caminho metodológico percorrido até a análise das decisões estratégicas dos Governos Estaduais e Federal em contexto de pandemia.

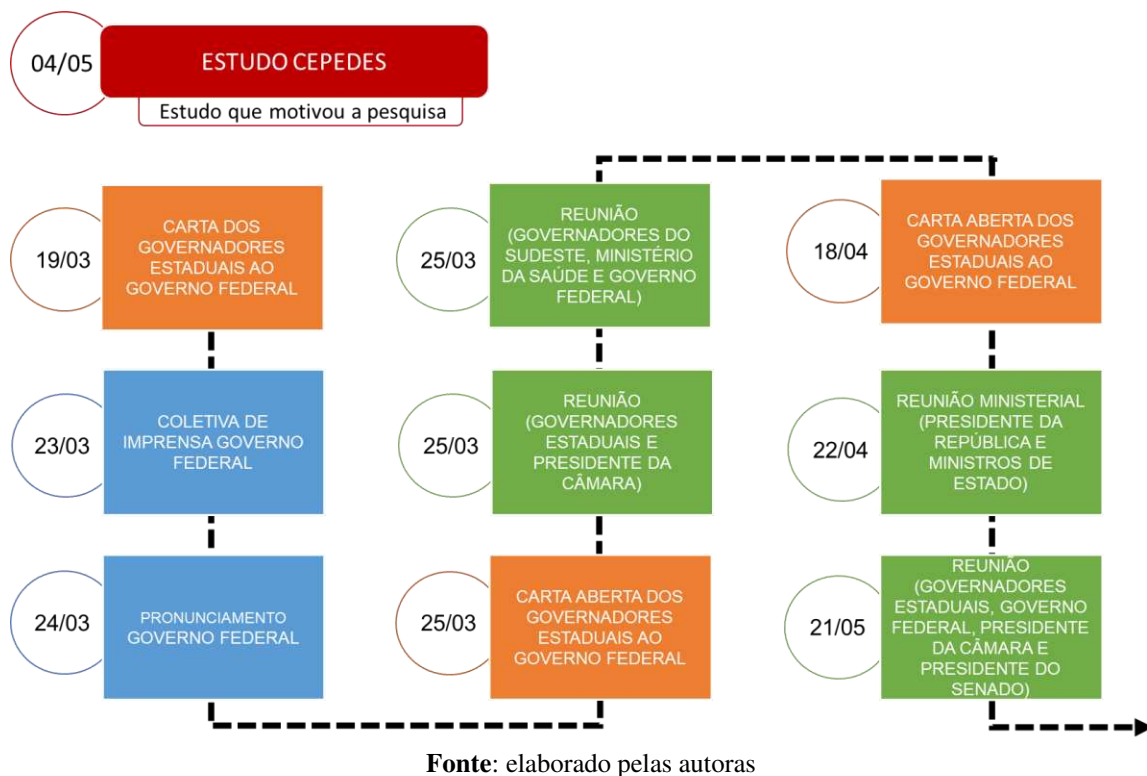
### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura formal do campo político brasileiro em contexto de pandemia, abriga os Governadores Estaduais, o Presidente da República, e outros agentes do poder executivo, legislativo e judiciário. Todos estes, supostamente, detêm capitais relevantes para tomar decisões estratégicas, seja o campo político estável ou caótico, permeado por incertezas, ou em constante processo de mudança. No entanto, ressalta-se que os Governadores e o Presidente do país ainda que ocupem cargos dentro de um mesmo poder - executivo -, detêm diferentes capitais e os movimentam de forma particular. Nesta pesquisa, o campo pesquisado abriga as relações políticas e de poder em contexto de pandemia entre: os Governadores dos 26 estados brasileiros e do distrito federal; o Presidente da República; e outros agentes que influenciam e são influenciados por suas decisões – OMS, empresários e sociedade civil, poder legislativo e judiciário. Este espaço se estende até onde os efeitos da *doxa* alcançam.

Para a construção do caminho que direcionou a pesquisa ao objetivo de compreender quais são os capitais movimentados nas decisões estratégicas dos governos estaduais e federal no Brasil em contexto de pandemia, optou-se por seguir uma abordagem qualitativa e descritiva. A abordagem qualitativa alinha-se à compreensão de decisão como prática social (FLICK, 2014). Ademais, é uma forma de compreender e descrever problemas complexos, analisar interações, e favorecer o entendimento dos atores sociais, voltando-se, portanto, à compreensão das subjetividades destes (RICHARDSON, 2014). Além de permitir a compreensão da subjetividade do indivíduo, a pesquisa qualitativa envolve também a descrição, explicada por Eisenhardt e Graebner (2007, p.28) como uma forma de tornar evidente a construção social da realidade e revelando “como a teoria existente opera em exemplos específicos”.

Na etapa empírica, a pesquisa pautou-se no estudo de caso, orientando-se pelo interesse em desvendar novas relações teóricas ou questionar outras a partir do interesse pela relação entre o fenômeno e seu contexto, isto é, pelas práticas do campo (BOURDIEU, 2009; DYER; WILKINS, 1991; HARTLEY, 1995). Dentre as maneiras de acessar os dados na realidade orientados pela estratégia de estudo de caso, optou-se pela pesquisa documental. Foram analisados nove documentos de fonte de primeira mão – cartas oficiais (3), vídeos de coletiva (1) e pronunciamento (1) e de reuniões oficiais (4) (GERHARDT *et al.*, 2009). Estes foram escolhidos a partir do momento em que foi publicada a primeira carta aberta dos governadores, direcionada ao Governo Federal para discutir decisões relacionadas à pandemia (19 de março de 2020), até a reunião considerada pelo Presidente do Senado Federal como “o dia da decisão” (21 de maio de 2020). Detalhes sobre estes são apresentados na **Figura 1**.

**Figura 1** – Documentos analisados (referentes ao ano de 2020)



Considerando-se o acesso à documentos textuais visuais, destaca-se a equivalência de representatividade entre as palavras e as imagens em uma pesquisa documental. Ambas retratam as construções sociais do contexto analisado o que caracteriza a pesquisa como multimodal (COFFEY, 2014). Os dados coletados destes documentos foram trabalhados a partir da análise de narrativas, método que “parte do pressuposto ontológico de que a realidade é socialmente construída por meio das interações sociais das pessoas” (RESE, *et al.*, 2010, p.2), mostrando-se alinhado à proposta da pesquisa. Ademais, defende-se a escolha desse método mediante o interesse de compreender, a partir da comunicação, aspectos contextuais de um fenômeno específico (FISHER, 1984, p. 2).

No que se refere aos documentos em formato de vídeo, optou-se, inicialmente, por transcrevê-los na íntegra para posteriormente analisar as passagens que se relacionavam com a teoria empregada no trabalho. No entanto, isso não significa que gestos, entonação das vozes, e o modo de apresentação dos interlocutores, não foram considerados. Aspectos contextuais, percebidos pelas autoras, compuseram a análise das narrativas. Estendeu-se este formato também para os documentos escritos (as cartas dos governadores). Ademais, ressalta-se que a pesquisa que utiliza a análise de narrativas não tem intenção encontrar uma verdade absoluta a partir dos dados, visto que que os significados diferem de acordo com o agente que o dissemina, de acordo com a linguagem e o contexto envolvidos na construção dos documentos (CZARNIAWASKA-JOERGES, 1995; JOSEPH, 2004).

### 3.1 Contextualização do caso

A construção social da decisão apresenta-se como uma das razões para sua falta de linearidade, esta que é evidenciada diante de um contexto pandêmico permeado por incertezas. Em âmbito mundial, no que diz respeito à área da saúde, os desafios são representados pela ausência de tratamentos ou vacinas com eficácia comprovada para lidar com o vírus (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). As incertezas, contudo, se estendem para além desse setor, e alcançam também os aspectos político, econômico e social do campo, caracterizando-o como instável (WENZEL; STANSKE; LIEBERMAN, 2020).

No Brasil, a COVID-19 traz novos cenários de riscos e agrava a situação de saúde já existente, revelando ainda uma crise política capaz de sobrepor-se à crise sanitária que acaba por prolongar seus impactos negativos. Este cenário é apontado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES), especialmente no estudo que se propôs a analisar leis e decretos estaduais no primeiro mês da pandemia no Brasil.

A pesquisa do CEPEDES (2020) consolida as medidas mais adotadas pelas UFs e demonstra a ausência de coerência e congruência nas decisões estratégicas diante do modo distinto de enfrentamento da crise por parte dos estados. Embora os critérios epidemiológicos sejam fundamentais no enfrentamento da COVID-19, o estudo que analisou as decisões dos agentes envolvidos no contexto pandêmico apontou que estas não foram baseadas somente nos aspectos de saúde, e envolveram também interesses de natureza social, política, econômica e cultural (CEPEDES, 2020). Diante da construção social das decisões, é válido considerar que estas podem envolver objetivos e interesses conflitantes entre os agentes, prevalecendo, por vezes, as decisões resultantes de discursos veiculados pelos agentes que detêm e movimentam os capitais mais relevantes do campo (BOURDIEU, 2012).

No contexto analisado nessa pesquisa, defende-se que a (in)coerência das decisões tomadas por agentes do campo político podem desestabilizar as relações entre instituições governamentais (BOURDIEU, 2012; NUTT; WILSON, 2010). O estudo do CEPEDES (2020) aponta que contradições entre as decisões do Ministério da Saúde, objetivadas na forma de recomendações, e os atos do Presidência da República, por exemplo, promoveram um ambiente de incoerência e incongruência dentro do Governo Federal, o que acabaria por estimular que as UFs seguissem caminhos próprios para uma gestão de riscos, inviabilizando as possibilidades de uma gestão coordenada e de uma governança para o enfrentamento da pandemia. Fundamentando-se nestes apontamentos a próxima sessão dedica-se à análise de documentos que abordaram a relação entre governos estaduais e Federal mediante suas decisões em contexto pandêmico.

#### **4 OS CAPITAIS MOVIMENTADOS NAS DECISÕES DO ESTADO – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O delineamento empírico da pesquisa apresenta e discute, concomitantemente, os dados coletados a partir dos documentos e as teorias que fundamentaram a análise.

##### **Primeira carta (As vozes são muitas)**

Tendo em vista o papel que cumpre na reificação da história, o documento intitulado “Carta dos Governadores ao Governo Federal por medidas emergenciais ante a crise sanitária e econômica”, representa o primeiro objeto de interesse empírico deste trabalho. A carta foi assinada por 26 governadores estaduais e o governador do Distrito Federal, publicada vinte um dias após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil. Os pleitos apresentados no documento – pautados fundamentalmente em duas temáticas principais: “*o aumento de despesas com saúde e a queda na arrecadação tributária*” – revelam-se, inicialmente, como um produto acabado (*opus operatum*) e não esclarecem plenamente o que subjaz ao que está escrito, nem mesmo o processo que os fez destacar as duas temáticas (*o modus operandi*) (BOURDIEU, 1983).

O documento, escrito de maneira objetiva, e organizado em tópicos, é encerrado nos seguintes termos: “*Neste momento de elevada inquietação, em que o diálogo e a comunhão de esforços se tornam ainda mais necessários, contamos com sensibilidade do Governo Federal para a superação da crise que enfrentamos*”. Entende-se que a carta dos governadores exerce um ato de força, e declara explicitamente **a luta pelo capital econômico** (BOURDIEU, 2004,

2012). Da mesma forma, declara implicitamente a **força do capital social**, tendo em vista união do grupo dos representados do campo (BOURDIEU, 2011, 2012).

### **Coletiva de imprensa do Governo Federal (A voz que cala)**

No dia 23 de março de 2020, a “*decisão institucional*”, deste modo anunciada pelo Governo Federal, envolveu a transferência de elevado orçamento aos estados, atendendo em parte as solicitações da carta anteriormente elaborada. Essa decisão poderia ser interpretada por meio da “análise sociológica espontânea” (BOURDIEU, 2009, p. 45), que sugeriria um acolhimento imediato dos pleitos e certa responsividade para com um interesse supostamente comum: o enfrentamento dos efeitos da crise sanitária.

Diante disso, destaca-se no discurso presidencial, possíveis instrumentos que acabam por revelar a sua posição de agente negociador na estrutura do campo. Este que movimenta o **capital econômico** (objetivamente público) e o **capital político** (institucionalizado a partir do cargo que ocupa), como forma de reafirmação de sua posição de poder, e com o interesse de, posteriormente, reconfigurá-los em aprovações de projetos em tramitação na Câmara dos Deputados (BOURDIEU, 2011, 2012).

**Obviamente**, apelamos que as nossas propostas que ora estão em tramitação na câmara, tivessem um **olhar muito especial** por parte deles [os governadores] (...) porque todos nós devemos, ao final dessa batalha, sair fortalecidos e com a satisfação de dever cumprido. (...) eles [os governadores] **se mostraram bastante satisfeitos**”.

Em destaque o termo “obviamente” – empregado em dois momentos de um discurso precedido por reuniões reservadas e realizadas com apenas parte do grupo de Governadores [representantes das regiões Norte e Nordeste] - permite a interpretação que, a narrativa oferece um sentido autoritário, visto que sugere uma tentativa de apresentar como natural decisões que foram, supostamente, construídas em conjunto com agentes de outras regiões do campo. Neste sentido, o que é “obvio”, e dado como certo (*taken for granted*) pelo Presidente da República, não supõe questionamento. Mais adiante, em um outro trecho de seu discurso, o domínio do direito de falar é reforçado, o que sugere a legitimação do poder de representação que assume no campo, na medida em que afirma que os governadores estariam “*bastante satisfeitos*” com as decisões.

[...] e, **obviamente** amanhã, com os demais governadores da região centro-oeste, sudeste e sul acontecerão, então estou muito feliz e cumprimento não só os governadores e como o vice-Presidente da república, os senhores ministros e secretários, que foram pessoas que realmente com muita galhardia, com muita competência, souberam dar uma resposta aos seus governadores que de forma muito justa haviam pleiteado junto a nós.

A narrativa do Presidente da República, revela que na organização do campo político, os Governadores são tratados como representados, e não como ocupantes da região dos representantes. Isto porque estes são mencionados como agentes que detêm um olhar relevante para as decisões, mas não são os tomadores de decisão, de fato. No jogo que ali se estabelece, compreende-se os Governadores como aqueles que estão no campo, e diante de uma *illusio* acreditam jogar o jogo, quando, na verdade, estes não detêm capital suficiente para tanto (BOURDIEU, 2004, 2012).

Observa-se que outros interesses também são relevantes para o jogo que se estabelece, mostrando-se no discurso presidencial de modo que apenas os agentes, afinados com o campo, são capazes de decifrar e compreender o seu sentido (BOURDIEU, 1972). Sobre este aspecto, a compreensão supõe uma operação inconsciente de decifração (BOURDIEU, 1972). Nesta direção, a palavra, como terreno da língua, representa um desafio ao pesquisador, visto que carrega um contingente de pré-construções naturalizadas que funcionam como instrumento inconsciente de construção de sentidos, advinda do *habitus* daquele que diz (BOURDIEU, 1972; 2009).



Ao encerrar sua fala, sem responder os questionamentos da imprensa, o Presidente da República reforça o seu monopólio a palavra, revelando a partir do silenciamento da imprensa, a intenção de reforçar sua posição de autoridade legitimada no campo. Seu discurso passa a ser compreendido como a *doxa*, passível de ser interpretado como uma verdade absoluta, que se impõe como um “arbitrário da interrogação, arbitrário de seus interesses” (BOURDIEU, 1983, p. 102).

### **Pronunciamento do Governo Federal (A autoridade de quem fala)**

No dia seguinte, 24 de março de 2020, o que era óbvio em falas anteriores, já não aparentava mais ser. A narrativa do Presidente da República já não parecia seguir o mesmo padrão de otimismo. Em seu pronunciamento, ele destaca as primeiras decisões tomadas pelo Estado e as atribuições ao Ministério da Saúde. O Presidente da República, usufruindo do seu **capital linguístico**, legitimado por sua posição no campo, revela em sua fala que além de decisões de nível prático, defende o interesse de controlar “*o pânico, histeria e o desemprego em massa*”. Com efeito, constrói-se com esta narrativa um sentido subjacente que, aparentemente, se sobreporia à crise sanitária: a crise econômica.

Contradizendo a ideia de união com os Governos estaduais mencionada no dia anterior, e em uma aparente tentativa de sensibilização da sociedade civil, o Presidente da República acrescenta a mídia enquanto um potencial agente rival do governo, e destaca sobre as decisões tomadas: “[...] *quase contra tudo e contra todos, grande parte dos meios de comunicação foram na contramão, espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe, o anúncio do grande número de vítimas na Itália*”. Adicionalmente, neste mesmo pronunciamento, sem mencionar nomes, o Presidente da República, usufruindo de sua posição no campo, que não permite questionamentos, emite críticas aos governantes estaduais: “*algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, fechamento do comércio e o confinamento em massa*”.

Por meio dessa narrativa percebe-se a falta de sintonia do Governo Federal frente as decisões de nível estadual que confrontaram os interesses do primeiro. Percebe-se que o campo político, neste caso, se organiza de forma que “o soldado pode dar uma ordem a seu capitão - esta ordem simplesmente não terá efeito algum” (BOURDIEU, 2008, p. 61). Neste sentido, menosprezando as decisões estaduais, e compreendendo os Governadores enquanto concorrentes do monopólio do seu poder de decisão, e direito de disseminar a *doxa*, o Presidente da República emite recomendações de retorno à normalidade: “*nossa vida tem que continuar, os empregos têm que ser mantidos, o sustento das famílias devem ser preservados, devemos sim voltar à normalidade*”.

Percebe-se que, caso as decisões pudessem ser tomadas apenas pelo Governo Federal, estas seriam guiadas pela movimentação do **capital econômico**, transfigurado de preocupação com a situação social das famílias (BOURDIEU, 2011). Cabe lembrar que para a sociologia bourdieusiana, a compreensão das práticas no campo é possível, a partir do conhecimento da história do campo. Dessa maneira, o recorte do espaço social em análise nesta pesquisa, revela em sua configuração uma região historicamente desprovida de capitais relevantes, que diante da dificuldade lutar contra a autonomização deste espaço (BOURDIEU, 2012), se coloca em relação ao seu partido, “num estado de entrega de si absoluta” (BOURDIEU, 1983, p. 259) em prol dos produtos simbólicos, suscitados pelo suposto detentor do monopólio do poder de decisão.

Para Bourdieu (2008), os discursos alcançam o seu valor, e conseqüentemente, o seu sentido, por meio da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos locutores do campo. No entanto, tais competências podem ser compreendidas pela sua capacidade de produção, de apropriação e/ou apreciação do capital envolvido no jogo,

e não necessariamente pela relação de forças em confronto (BOURDIEU, 2007). Dito isto, observa-se que orientado pelo reconhecimento estatutário que lhe é conferido pelos agentes de regiões desprovidas de **capital simbólico** do campo, o Presidente da República endossa mensagens que pretendem pormenorizar a força dos efeitos da COVID-19 no Brasil: “*a pandemia passará brevemente*”; “*raros são os casos fatais em pessoas sãs*”; o seu caso em particular não exigiria preocupações, mediante seu “*histórico de atleta*”, “*nada sentiria ou seria quando acometido de uma gripezinha ou resfriadinho*”. Por fim, ressalta a “*comprovação da eficácia da cloroquina*” e assevera que “*sem pânico e histeria*”, o vírus será superado.

Esta pretensão de agir sobre este recorte do espaço social por meio de palavras, demonstra o seu conhecimento sobre critérios de avaliação vigentes no campo (as regras do jogo). Se de um lado do campo, há uma região ocupada por agentes que não detêm capital intelectual/científico, capaz de lidar com contextos pandêmicos, de outro, há um espaço aberto a ser ocupado por um agente que detém autoridade linguística legitimada para tal.

### **Reunião aberta Governo Federal, Ministério da saúde e Governadores Sudeste (Quem fala mais alto?)**

Intensas disputas pelo monopólio do poder de decisão marcaram o dia seguinte ao pronunciamento presidencial. Neste evento a competência dominante é assegurada pela movimentação do **capital linguístico** dos agentes na disputa pelo poder no campo. Na parte da manhã, em nome dos Governadores da região Sudeste, o representante do Governo do estado de São Paulo toma a palavra, e abre a reunião virtual onde participam, também, o Presidente da República e o Ministro da Saúde. Valendo-se da força tácita de execução de um porta-voz, isto é, valendo-se dos créditos que lhe foram conferidos no que se refere à “*capacidade de agir em relação a outros agentes a medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo*” (BOURDIEU, 2009, p. 89), o Governador do estado de São Paulo, enquanto agente que mostra-se em luta com o Presidente da República, também movimenta seu **capital linguístico** na disputa pelo poder de falar, e se diz lamentar o discurso presidencial (proferido na noite anterior): “*trabalhe para melhorar o país e não nos atingir*”.

O Governador endossa que apesar das diferenças partidárias e ideológicas, fala não somente em nome dos governadores presentes, mas em nome de todos os demais. Ante esse posicionamento, nota-se uma tentativa de desestabilização na região do campo que abriga os agentes representantes, mediante a movimentação do **capital social**, percebida pela união dos agentes representados – Governadores – que buscam ser ouvidos (BOURDIEU, 2012). Percebe-se uma tentativa de questionar posicionamentos e reivindicar direitos a partir do volume de agentes que compartilham de visões semelhantes, possivelmente pelo fato de ocuparem uma mesma região do campo. Ao movimentar seu **capital político e social** por meio da competência linguística, o Governador busca por um posicionamento que o desvincule de seu anterior aliado, o Presidente da República.

Valendo-se da força simbólica de suas palavras, o Governador reforça sua posição de luta no campo, na medida em que expõe interesses que apenas tacitamente são distintos: “[...] *nossa prioridade é salvar vidas, estamos preocupados com as vidas, preservando empregos e o mínimo necessário para que a economia possa se manter ativa, os estados são conscientes disso e seus governadores também*”. Em complemento, acentua que o estado de São Paulo mantém suas fronteiras, estradas, aeroportos, e fábricas abertas, seguindo as diretrizes sanitárias feitas pelo Ministério da Saúde e pela OMS até então, esboçando, deste modo, um aceno às diretrizes do campo científico.

Em resposta, o Presidente da República, critica o comportamento do Governador, recapitulando que este seria diferente do período das eleições para o governo dos estados, em 2018. Afirmando que na referida ocasião, o Governador teria se “*apropriado*” do seu nome

para ser eleito governador. A partir de sua fala, o Presidente revela uma tentativa de esclarecer ao Governador do Estado de São Paulo a configuração do campo político. Ao destacar que ele “*não está à altura*”, o Presidente da República reforça, movimentando seu **capital político**, que a região que ocupa difere da região ocupada pelos Governadores. A sua narrativa transparece que os capitais que detêm e movimenta, diante do cargo que ocupa, o fazem (ou o deveriam fazer), dominante e representante do campo político (BOURDIEU, 2012).

Em seguida, o então Ministro da Saúde, inicia sua fala solicitando “*calma e equilíbrio*”, demonstrando a instabilidade do campo. Este ressalta que entende a preocupação do Governador de São Paulo no que diz respeito ao problema levantado sobre os respiradores [ponto levantado pelo Governador], e explica as movimentações do **capital econômico** do Ministério nos seguintes termos: “*nós fizemos um movimento de orientar que iríamos descentralizar de acordo com o andar das epidemias [...] Não tem como todos os estados guardarem os equipamentos, aguardando a necessidade de usá-los*”. Por fim, o Ministro finalizou sua fala utilizando-se do **capital linguístico** para movimentar seu **capital social** afirmando: “*passaremos por isso juntos*”.

### **Reunião Governadores e Presidente da Câmara (A concorrência pelo poder de fala)**

Na parte da tarde, do mesmo dia (25 de março de 2020), a movimentação dos agentes ocupantes da região até então percebida como dominada, seguiu intensa. A reunião virtual, também mediada pelo Governador do estado de São Paulo, contou com 26 governadores estaduais, excetuando o Governador do Distrito Federal. A ausência de um agente do grupo, sem justificativa declarada, pode ser interpretada com uma perda de movimentações diferentes, a partir dos **capitais social e político** deste. No entanto com capitais de forças semelhantes, o Presidente da Câmara se fez presente. Na ocasião, os representantes estaduais declaram suas supostas preocupações acerca das decisões necessárias para o enfrentamento da pandemia. Para isso, apresentaram uma nova forma de alcançar seus interesses no campo. Pelo fato de acreditarem na relevância do poder legislativo, estes buscaram agir pautados na movimentação do **capital social**, isto é, realizaram essa reunião, interpretada como uma tentativa de manifestação da força simbólica tendo em vista a presença do Presidente da Câmara (BOURDIEU, 2011).

Notou-se que os pronunciamentos foram organizados em ordem alfabética dos estados os quais os Governadores representam, o que sugere uma tentativa de equivalência do espaço de fala nessa região do campo. Ainda assim, é válido reforçar que o posicionamento assumido pelo Governador do Estado de São Paulo, pode ser interpretado como uma forma de disputa por reafirmação e legitimação do poder de fala. Disputa esta que, assim como as outras práticas do campo, envolve a (i) história incorporada por ele enquanto agente dominado que vivenciava certa proximidade do agente dominante, e envolve também (ii) a história objetivada a partir da hierarquização no campo político, que revela os diferentes níveis de poder atribuídos a cada cargo, a cada região do campo. Dessa maneira, a luta por poder, representa o interesse do Governador de São Paulo de apresentar-se como “o representante”, percebe-se o interesse em tentar disseminar uma *doxa* própria em contexto de pandemia (BOURDIEU, 2004, 2012) O residual desta reunião se consolida na segunda carta aberta, intitulada: “Carta dos Governadores do Brasil neste momento de grave crise”, apresentada em sequência.

### **Segunda carta (É a voz da ciência?)**

O Fórum de Governadores publicou, no dia 25 de março de 2020, uma segunda carta aberta, resultado da reunião virtual do mesmo dia. Com grifos expressos, o texto apela por “*bom senso, empatia, equilíbrio e união*”, destacando que no processo de enfrentamento da

pandemia, torna-se essencial “*a liderança do Presidente da República e a sua parceria com governadores, prefeitos e chefes dos demais poderes*”. Percebe-se neste caso, que a palavra parceria reflete a busca dos Governadores estaduais por um representante que assuma as atribuições que lhe dizem respeito do campo político. Ou seja, a partir da movimentação do capital linguístico, o grupo busca uma maneira reconfigurar o campo, a diante da intenção de deslegitimar a autoridade do representante do Poder Executivo. Sugere-se a relevância de decisões coordenadas, que reafirmem a posição de dominante do Presidente da República não apenas no que se refere a jogar o jogo ao seu favor, e tomar decisões pautadas em interesses subjetivos, mas que enquanto representante, este se posicione de maneira coerente e movimente os capitais que detém para lidar com um problema até então sem soluções palpáveis (BOURDIEU, 2012; GRINT, 2020).

Adicionalmente, a carta declara ainda que, unidos, os Governadores decidiram que a prioridade é “*cuidar da vida das pessoas, não esquecendo a responsabilidade de administrar a economia*”. Percebe-se que os aspectos sanitários e econômicos apresentados na primeira carta são retomados como produtos simbólicos de suas decisões. O documento registra a necessidade de “*solidariedade do Governo Federal e de apoio às medidas frente ao momento de grave crise*”. A solidariedade a que se referem pode ser interpretada, neste caso, como uma percepção dos Governadores que a movimentação do **capital social e político** do Presidente da República poderia atribuir agilidade nas decisões ante a esse contexto (BOURDIEU, 2012).

O documento, reforça os pleitos expressos na primeira carta (19 de março de 2020), e adiciona outros dois: “*7) apoio do governo federal no tocante à aquisição de equipamentos e insumos*”; “*8) liberação de recursos decorrentes das compensações pelas perdas com a Lei Kandir*”, mas pode-se dizer que intenciona mais do que pleitos essencialmente econômicos. Demonstra uma resistência dos estados no que diz respeito à *doxa* disseminada pelo representante do Governo Federal. Esse posicionamento é reforçado no trecho que os governadores declaram “*vamos continuar adotando medidas baseadas no que afirma a ciência, seguindo orientação de profissionais de saúde e, sobretudo, os protocolos orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)*”. Percebe-se que ao fim estes buscam destacar sua posição de luta diante da dominação do campo (BOURDIEU, 2012) quando a partir de suas narrativas informam que continuarão se reunindo remotamente para uniformizar suas medidas e decisões, ou seja, construí-las socialmente, contudo, sem a intenção de acatar as orientações do Governo Federal.

### **A terceira carta: “em defesa da democracia” (Em defesa do poder de fala)**

Após participação do Presidente da República em manifestações em torno do Palácio do Planalto, no qual integrantes manifestaram-se contra pilares democráticos, o Fórum Nacional de Governadores manifesta apoio ao Presidente do Senado Federal, bem como ao Presidente da Câmara dos Deputados, por meio de uma terceira carta aberta. Percebe-se mais uma vez que, assim como a reunião realizada com o Presidente da Câmara, o apoio dos Governadores pode ser interpretado como uma alternativa encontrada para acessar a região dominante do campo e subverter o contexto autonomizado. A partir da teoria bourdieusiana, essa situação reflete a movimentação do capital social diante da disputa pelo poder (BOURDIEU, 2011). Enfatizando que as declarações do Presidente da República, afrontam “*os princípios democráticos que fundamentam nossa nação*”, a carta ao mesmo tempo que expressa solidariedade à ambas autoridades, acena para estas com a força simbólica advinda de seu capital político.

[...] Nesse momento em que o mundo vive uma das suas maiores crises, temos testemunhado o empenho com que os Presidentes do Senado e da Câmara têm se conduzido, dedicando especial atenção às necessidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros. Ambos demonstram estar cientes de que é

nessas instâncias que se dá a mais dura luta contra nosso inimigo comum, o coronavírus, e onde, portanto, precisam ser concentrados os maiores esforços de socorro federativo.

Ao reforçar que as decisões dos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios estariam sendo pautadas “*pelos indicativos da ciência, por orientações de profissionais da saúde e pela experiência de países que já enfrentaram etapas mais duras da pandemia*”, a carta expressa objetivamente a intenção de tentar “*evitar escolhas malsucedidas e seguir as exitosas*”, e tacitamente sugere uma apropriação conveniente da linguagem científica como instrumento de manutenção do poder de decisão.

### **O dia da decisão (O que diz o silêncio)**

No dia 21 de maio de 2020, acontece uma nova reunião aberta entre os representantes dos Governadores Estaduais e o Governo Federal. Entretanto, diferentemente de outros momentos, participam os Presidentes da Câmara e do Senado. O fato de ter ao seu lado os presidentes dos dois outros poderes, como uma demonstração de força simbólica do seu **capital social e político**, o Presidente da República abre e conduz a reunião, cedendo a palavra, sem maiores explicações, apenas para três representantes estaduais: Mato Grosso do Sul (MS), Espírito Santo (ES) e São Paulo (SP). Neste momento, o Presidente da República delimitou quem poderia falar e quem deveria pedir permissão para o fazer, usufruindo da força simbólica do **capital linguístico** que detém. Segundo ele, todos devem ceder sua “*cota de sacrifício*” ante aos efeitos da pandemia. E, portando-se como um “porta-voz” dos três poderes, acentua que “*em comum acordo com os poderes*”, o congelamento da remuneração dos servidores teria um peso menor diante de outras decisões, no entanto, entende-se que a movimentação do **capital econômico**, frente ao contexto, demonstra ser de extrema importância.

Na sequência, pronunciam-se os Presidentes da Câmara e do Senado, em tom que intenciona demonstrar união dos **capitais social e político** destes agentes, detentores do monopólio de poder em suas respectivas regiões, mas que em termos de decisão objetiva ressaltam a relevância da movimentação do **capital econômico**. Esta pode ser logo percebida quando o presidente da Câmara reforça que: (i) “*o mais importante é a união entre estes para salvar vidas*” [em detrimento de eventuais reajustes salariais previstos ao funcionalismo público]; (ii). a necessidade de “*se repensar o funcionamento econômico do país, repensar até mesmo a Reforma Administrativa e Tributária*”. Tais projetos, referem-se aos mesmos projetos que, nos termos do Presidente da República, necessitavam de um “*olhar muito especial*” por parte dos governadores. Dessa maneira é possível interpretar que este destaca a movimentação do **capital econômico** como um argumento, por meio do discurso veiculado, para a possibilidade de reconfiguração deste em prol do [suposto] bem estar da população (BOURDIEU, 2011). Por conseguinte, o Presidente do Senado, em mesma linha argumentativa, usufruindo da força do seu capital linguístico, e do espaço de fala, também reforça a união dos agentes detentores do monopólio de poder: “*diferentemente do que muitos pensam e falam, não há uma divisão entre o poder executivo entre o poder legislativo e o poder judiciário*”. Esse trecho revela que, partindo de uma visão interna do campo político, a divisão entre os poderes pode não ser percebida, contudo, a di(visão) entre os ocupantes do poder executivo (Governadores e Presidente, neste caso) não são simbólicas, uma vez que são formalmente expressas, nos outros documentos até então analisados, ou seja, as lutas são perceptíveis (BOURDIEU, 2012). Ainda, em tom inflamado, o Presidente do Senado sugere que após “*momentos críticos e de injustiça, chega-se ao “dia da decisão”*”. Em sua linha argumentativa, naquele momento [o dia da decisão] encerrar-se-ia o assunto, tendo em vista que, com suas mesmas palavras: “*chegou a hora de todos nós darmos a mão, chegou a hora de todos nós levantarmos uma bandeira branca*” – Tem-se aqui, um momento de contradição em sua narrativa: **Se não “há divisões”,**

## **há união. Se há união, não há guerra. Se não há guerra, por que razão a “bandeira branca”?**

No decorrer da reunião, três Governadores falam em nome dos demais, e respondem com cordialidade ao convite feito para o evento e a autorização momentânea de falar. Suas narrativas, entretanto, transparecem suas posições de representados, e contradizem muito do esforço referente às solicitações anteriormente feitas ao Governo Federal por meio das cartas. Quando o Governador do estado de São Paulo discorre sobre os porta-vozes dos governadores, percebe-se uma tentativa de apresentarem algumas das decisões destes como independentes do Governo Federal. Um desses agentes, no entanto, é aquele que se colocou ao lado do Presidente da República nessa reunião – Presidente da Câmara. Fundamentando-se em uma compreensão advinda das lentes bourdieusianas, essa situação pode ser interpretada mais uma vez como um jogo no qual quando os Governadores acreditam estar jogando, e no qual o poder do Presidente define as regras e define até mesmo quem entra nesse jogo (BOURDIEU, 2012).

## **Reunião Ministerial do dia 22 de abril de 2020 (O Brasil redescobre o Brasil?)**

Entre a terceira carta dos Governadores e o “*dia da decisão*”, por determinação judicial uma reunião ministerial privada, torna-se (em parte) pública, configurando um importante momento de interesse empírico desta pesquisa por destacar com clareza os capitais movimentados nas decisões do Estado. Os trechos referentes a essa reunião que foram publicados, perfazem mais de 60 minutos de narrativas, dessa maneira, mediante a limitação de espaço, optou-se por discutir essencialmente os trechos que expusessem a movimentação dos capitais observados nas relações entre os agentes aos quais dedicou-se maior atenção na pesquisa (Governadores e Presidente da República). Contudo, é válido ressaltar que houve intensa movimentação de capitais entre os outros agentes presentes (Ministros, Presidentes de bancos, vice-Presidente da República).

Dito isto, seguindo pela apresentação e análise dos dados, observou-se que o propósito da reunião seria a discussão em torno do “*Plano de Estado*”, em prol do enfrentamento da crise econômica e sanitária [apresentado na reunião pelo Ministro da Casa Civil]. No entanto, o que chama atenção em tais narrativas, relaciona-se com o modo como os agentes, presentes na reunião, se referem aos Governadores estaduais. A falta de decoro foi tema amplamente debatido pela mídia nos dias que sucederam a divulgação do vídeo, assim como outros aspectos também de natureza ética e até mesmo legal. Entretanto, para fins desta pesquisa, destaca-se a face oculta dos interesses presentes em trechos das falas dos ministros, em destaque: (i) “*são governadores querendo fazer a festa*”, ; (ii) “*a gente vai reagir, porque aqui não é saco sem fundo*” [em referência aos governadores]; (iii) “*governadores e prefeitos responderão processos*”; (iv) “*nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos [...] nosso ministério vai começar a pegar pesado*”. Em outro trecho de sua fala, o Presidente da República é ainda mais direto, e menciona nomes, concomitantemente à termos pejorativos, referindo-se aos Governadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, bem como ao prefeito da cidade de Manaus. Mesmo enquanto ocupantes de uma mesma categoria de poder, o Executivo, as narrativas de alguns dos agentes presentes nessa reunião revelam o campo político enquanto um campo de lutas, onde existem os representantes, como eles mesmos se reconhecem, detentores do poder, e existem os representados, Governadores e Prefeitos. O fato desses tomarem decisões de maneira independente, soa como uma afronta ao poder da região dominante, como uma tentativa de romper com a “*ordem natural*” do campo, isto é, com a autonomização deste recorte do espaço social (BOURDIEU, 2012).

As narrativas revelam, no entanto, que algumas desavenças são anteriores ao contexto do COVID-19. O Presidente da República, por exemplo, retoma os atritos com veículos midiáticos, e enfatiza que estes devem ser ignorados, em destaque: (i) “*o tempo todo jogando*

*um contra o outro*”; (ii) “quanto mais informação você tem, mais medo você tem”, reconhecendo, portanto, a força do poder de fala. O Ministro do Meio Ambiente, por sua vez, critica que suas decisões não conseguem ser independente: (i) “*tudo que a gente faz é pauta do judiciário*”; (ii) “*não precisamos de congresso, porque coisa que precisa de congresso [...] nesse fuzuê que tá aí, nós não vamos conseguir aprovar*”. Em alguns casos, percebe-se que essa narrativa envolve uma movimentação do **capital político** institucionalizado e legitimado pelo poder atribuído ao Presidente da República (BOURDIEU, 2012), que em tom de ameaça aos ministros, destaca : (i) “*O governo é um só, se eu cair cai todo mundo*”; (ii) “*eu tenho poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção*”.

Nota-se que assim como todo o padrão de desenvolvimento das narrativas na reunião, pouco se discute, de fato, sobre as decisões estratégicas e imediatas em contexto de pandemia. No entanto, revelam o âmago do **capital linguístico**. O interesse em fazer algo em prol da sociedade civil parece abrigar muitos outros interesses. A movimentação de um capital nas decisões, seja ele social ou econômico, representa a intenção de reconfigurá-lo mais tarde em **capital político** e econômico novamente (BOURDIEU, 2011, 2012).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como ponto de partida os resultados do trabalho realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES), o qual analisou decretos, normas e portarias, publicadas no primeiro mês de pandemia. O referido estudo revelou que os estados brasileiros optaram por seguir caminhos próprios, numa atuação desalinhada, parcial e incompleta no que tange às recomendações da OMS. Neste sentido, a construção do caminho que permitiu alcançar o objetivo de compreender os capitais movimentados nas decisões estratégicas tomadas pelos governos Estaduais e Federal no Brasil, em contexto de pandemia, envolveu a análise das narrativas presentes em nove documentos – três cartas dos governadores ao Governo Federal, seis vídeo: uma coletiva de imprensa do Governo Federal, um pronunciamento do mesmo, e quatro referentes a reuniões. A pesquisa revelou que, assim como em todos os campos investigados por Pierre Bourdieu, no campo analisado em contexto de pandemia estabeleceu-se uma luta por poder entre os agentes do poder executivo. O poder em disputa, neste jogo que se instala no campo, foi associado à capacidade dos agentes de elaborar, mobilizar e veicular discursos, isto é, foi associado à movimentação do **capital linguístico**.

Fundamentando-se em uma interpretação das cartas, pronunciamentos e reuniões, entende-se que as decisões tomadas no Brasil, em contexto de pandemia, envolvem essencialmente a **movimentação dos capitais social, político e econômico**, visto que o orçamento federal, objetivamente público, subjetivamente autorizado pelos dominados do campo, servem como moeda de troca (BOURDIEU, 2011, 2012). No entanto, ressalta-se que o processo para a movimentação destes envolveu principalmente a **movimentação do capital linguístico** (BOURDIEU, 2008). O interesse do jogo aqui jogado não consiste em discutir decisões e construí-las a partir de uma perspectiva social em prol do bem da sociedade civil e de outros agentes impactados. O jogo consiste em disputas de interesses entre duas regiões do campo (representantes – Governo Federal *versus* representados – Governadores), que se pautam em (di)visões, orientadas por valores pessoais e em evidências científicas, respectivamente (BOURDIEU, 2012).

Neste sentido, reconhece-se que ambos disputam pelo poder de disseminar verdades inquestionáveis, e de, conseqüentemente, decidirem de maneira independente. No processo de construção de decisões, a disputa é, na verdade, sobre **quem fala mais alto**, ou fundamentando-se na sociologia bourdieusiana, a disputa é entre aqueles que buscam movimentar com maestria o capital linguístico em busca de poder. A decisão surge então, tanto como uma prática

objetivada pelos agentes do campo político, quanto como um instrumento simbólico de disputa que declara e reforça o monopólio do poder no campo. Defende-se, , que as relações de trocas linguísticas “são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 2008, p. 24). Acredita-se que a constante disputa por quem fala mais alto nos documentos analisados representa uma luta por poder de disseminar a *doxa* em contexto de pandemia.

É válido ressaltar que, ao aderir como lente teórica a sociologia bourdieusiana, presume-se a ausência de neutralidade diante da compreensão das decisões enquanto práticas sociais. Estas quando compreendidas enquanto ações objetivamente subjetivadas, tendem ao exercício da violência simbólica, e constituem-se de exercícios de poder. Ainda assim, ressalta-se que nesta pesquisa não houve a intenção de estender a compreensão construída a partir dos documentos ao funcionamento do campo político brasileiro como um todo. A luta por poder identificada por meio dos documentos analisados, permitiu uma compreensão do campo político especificamente no contexto de incertezas de uma pandemia.

Mesmo diante deste recorte temporal, destaca-se que a pesquisa deu seus primeiros passos no que diz respeito à um avanço teórico não pelo fato de discutir um contexto organizacional pautando-se na sociologia bourdieusiana, mas pelo fato de fazê-lo a partir de uma superação da tríade conceitual – campo, *habitus* e capital. Reconhece-se a sociologia bourdieusiana como uma teia (WACQUANT, 2002), que sem um fio, se desfaz, dessa maneira, os três conceitos foram discutidos concomitantemente a outros conceitos relevantes da teoria de Pierre Bourdieu – região, divisão, autonomização, prática, poder – que juntos permitiram a construção de uma lente teórica mais coerente. Ainda no que diz respeito às contribuições da pesquisa, destaca-se que os dados revelaram a face oculta do capital linguístico, utilizado como manobra para (re)configuração do campo político, e dos capitais relevantes neste recorte do espaço social.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A Produção da Crença**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015, 219 p.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007
- \_\_\_\_\_. **Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **The Forms of Capital**. In: Mark Granovetter, Richardson Swedberg (Ed); the sociology of economic life. 3ª ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Tradução das partes: "Les trois modes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". In: -.Esquisse d'une théorie de la pratique. Geneve, Lib. Droz, 1972. p. 162-89. Traduzido por Paula Montero.
- CEPEDES. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. **A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil**. Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. ENESP. 2020. Relatório Técnico e Sumário Executivo
- CHILD, ELBANNA, RODRIGUES. The Political Aspects of Strategic Decision Making. In: NUTT, P. C.; WILSON, D. C. (Ed.). **Handbook of Decision Making**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2010. p. 105–138.
- COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. **The Sage Handbook of Qualitative Analysis**. Great Britain: Henry Ling Limited, 2014.



COHEN, M. D., MARCH, J. G., OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

COSTA, P. C. G.; BUEDE, D. M. Dynamic Decision Making: A Comparison of Approaches. **Journal of Multi-Criteria Decision Analysis**, v. 9, 2000

CZARNIAWASKA-JOERGES, B. Narration or Science? Collapsing the Division in Organization Studies. **Organization**, v. 2, n. 1, 1995.

DYER, W. G.; WILKINS, A. L. Better Stories, Not Better Constructs, to Generate Better Theory: A rejoinder to Eisenhardt, **Academy of Management Journal**, v. 16, n. 3, p. 613-627, 1991.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n.1, p. 25–32, 2007.

EISENHARDT, K. M.; ZBARACKI, M. J. Strategic decision making. **Strategic Management Journal**, v. 13, n. 2 S, p. 17–37, 1992.

FISHER, W. R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument, **Communication Monographs**, v. 51, n. 1, 1984, p. 1-22.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**, 5th edition. London: Sage, 2014.

GERHARDT, T. E. *et al.* **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRINTT, K. Leadership, Management and Command in the time of the Coronavirus. **Leadership**, p. 1-6, 2020.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In.: CASSELL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994, p. 208-229.

HENDRY, J. Strategic Decision Making, Discourse, And Strategy As Social Practice. **Journal of Management Studies**, v. 37, n. 7, p. 955–978, 2000.

HICKSON, D. J. Decision making at the top of organizations. **Ann. Rev. Sociol.** n. 13, p.165–192, 1987

JOSEPH, J. E. The linguistic sign. In.: SANDERS, C. (Ed.). **The Cambridge companion to Saussure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 59-75.

LAROCHE, H. From Decision to Action in Organizations: Decision-Making as a Social Representation. **Organization Science**, v. 6, n. 1, p. 62–75, 1995.

NUTT, P. C.; WILSON, D. C. Crucial Trends and Issues in Strategic Decision Making. In: NUTT, P. C.; WILSON, D. C. (Ed.). **Handbook of Decision Making**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2010. p. 3–29

POOLE; SCOTT. M.S; VAN DE VEM. Empirical Methods for Research on Organizational Decision-Making Processes In: NUTT, P. C.; WILSON, D. C. (Ed.). **Handbook of Decision Making**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2010. p. 543-581

RESE, N.; MONTENEGRO, L. M.; BULGACOV, S.; BULGACOV, Y. L. M. A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: “uma estória baseada em fatos reais”. In: **Encontro de estudos organizacionais da ANPAD**, VI. Florianópolis. Anais. Florianópolis: Anpad, 2010.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

VILLAR, E. G. **A decisão como processo performativo: uma análise sob a perspectiva relacional**. 174 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, p. 95-110, 2002.

WENZEL, M.; STANSKE, S.; LIEBERMAN, M. B. Strategic responses to crisis. **Strat Mgmt J**, v. 41, p. 7-18, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **COVID-19 strategy update**. 2020.